



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

5946 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 05 - Educação e Infância

CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES NAS VERSÕES DA BNCC PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Luciane Oliveira da Rosa - UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES NAS VERSÕES DA BNCC PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) incluindo a Educação Infantil (EI) é uma produção curricular derivada de um projeto de educação para a sociedade brasileira, configurando-se como documento normativo do currículo das escolas e práticas pedagógicas. Durante o processo de elaboração da base foi lançada versão preliminar em 2014 e mais quatro versões até a homologação em 2017. A BNCC carrega disputas entre os atores dos grupos empresariais e intelectuais críticos. Essa disputa foi liderada pelo Movimento pela Base, formado por parcerias de instituições e pessoas que se ligam entre si e que se sobrepuseram ao grupo de intelectuais críticos nas duas últimas versões da BNCC. Após a terceira versão, o Movimento pela Base passou a administrar e gerenciar a elaboração da base.

Diante das várias versões, atores políticos e alterações na BNCC, este texto, fruto de uma pesquisa de Mestrado Acadêmico em Educação, tem como objetivo analisar a proposta curricular para a EI em cada versão da base, verificando as continuidades e descontinuidades nos discursos.

A metodologia fundamenta-se nos Contextos de Influência e de Produção do Texto, da Abordagem do ciclo de políticas de Ball e Bowe (MAINARDES, 2006), a qual é baseada na Análise do discurso de Foucault (2014). A Abordagem do ciclo de políticas apresenta os diversos contextos na elaboração e na aplicação de políticas públicas educacionais, os quais servem para a interpretação crítica do processo de formulação de políticas, desde sua fase inicial. Ball tem utilizado três contextos para análise de políticas educacionais: contexto de influência, contexto da produção de texto e contexto da prática. No caso desta pesquisa, utiliza-se apenas dos dois primeiros contextos.

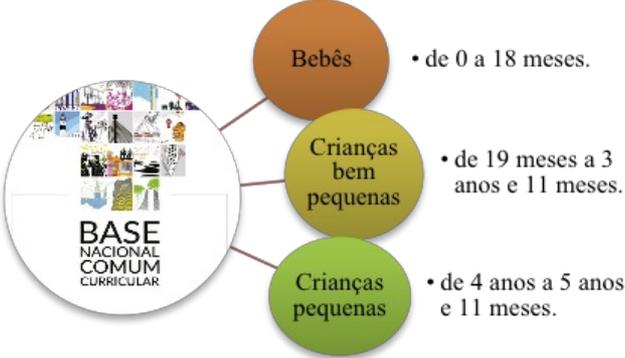
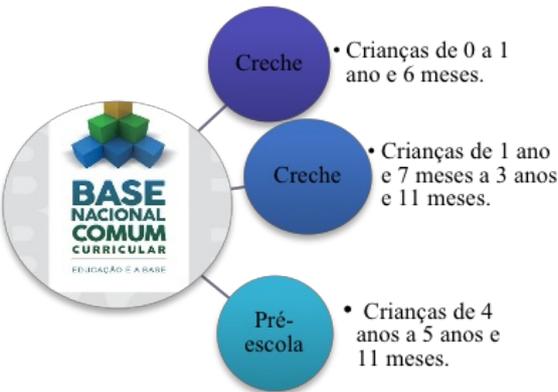
No contexto de influência, as políticas públicas educacionais são iniciadas e os discursos são construídos. Analisam-se antecedentes e pressões que levaram à política específica. Há, ainda, a influência de grupos e de movimentos sociais e a migração de política por meio da globalização (MAINARDES; FERREIRA; TELLO, 2011). Aqui identifica-se a rede de influências, que no caso da BNCC, é a do Movimento pela Base. No contexto de produção de texto, os textos políticos são articulados com linguagem de interesse público e divulgados. Esse contexto envolve as análises dos objetivos da política, os valores implícitos e explícitos, os silêncios, bem como as ideias e os conceitos explicitados. Aqui os discursos transformam-

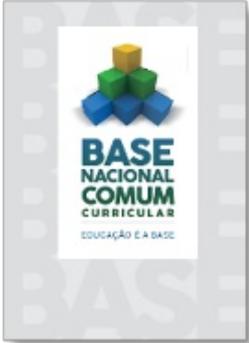
se em textos, por meio de enunciados em imagens ou palavras. Assim, os dados da pesquisa foram coletados nos sites da internet e nos textos das versões da BNCC, na parte introdutória e no capítulo da EI, reunindo dados dos contextos de influência e produção do texto da base para a análise.

A proposta curricular da BNCC indica o ideal de criança que se busca construir por meio de uma política nacional. Sabemos que, o governo da infância está conectado ao “governo da alma” (ROSE, 1998), em que subjetividades são intensamente governadas, socialmente organizadas e administradas. Uma das formas de ação do governo da infância é por meio de propostas curriculares que normatizam e controlam as ações na escola. Bujes (2009) analisa o currículo como uma obra de engenharia educacional, encarregada de arranjos estruturais para produzir um modelo de criança. Sendo assim, a presente análise buscará apresentar enunciados das versões da BNCC que possibilitaram continuidades e descontinuidades nos discursos.

Quadro 1 – Proposta curricular para a EI nas versões da BNCC

Versão da BNCC	Proposta curricular para a Educação Infantil
<p>Versão preliminar Julho de 2014 Governo Dilma Rousseff</p> 	<ul style="list-style-type: none"> ● DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica - Princípios éticos, políticos e estéticos - DCNEI (BRASIL, 2009). ● Direitos à Aprendizagem e ao Desenvolvimento. ● Saberes, conhecimentos, vivências, experiências. <div style="text-align: center;">  <p>Crianças de 0 a 5 anos e 11 meses</p> </div> <p style="text-align: center;">Não há separação por grupos ou idades.</p>
<p>Primeira versão Setembro de 2015 Governo Dilma Rousseff</p> 	<ul style="list-style-type: none"> ● Direitos à Aprendizagem e ao Desenvolvimento (DCN, DCNEI). ● Campos de experiências – INTERCAMPOS. ● Objetivos de aprendizagem. <div style="text-align: center;">  <p>Crianças de 0 a 5 anos e 11 meses</p> </div> <p style="text-align: center;">Não há separação por grupos ou idades.</p>

Versão da BNCC	Proposta curricular para a Educação Infantil
<p>Segunda versão Abril de 2016 Governo Dilma Rousseff</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos à Aprendizagem e ao Desenvolvimento (DCN, DCNEI). • Campos de experiências – INTERCAMPOS. • Objetivos de aprendizagem. • Transição da EI para o Ensino Fundamental.  <p>Há separação: grupos – idades.</p>
<p>Terceira versão Abril de 2017 Governo Michel Temer</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Relação com DCNEI - Direitos de aprendizagem e desenvolvimento. • Campos de experiências - CAMPOS SEPARADOS. • Objetivos de aprendizagem. • Intencionalidade pedagógica. • Transição para o Ensino Fundamental – Síntese das aprendizagens. • Competências gerais para a Educação Básica.  <p>Separação: Creche - Pré-escola – idades.</p>

Versão da BNCC	Proposta curricular para a Educação Infantil
<p>Versão Final Dezembro de 2017 Governo Michel Temer</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Relação com DCNEI - Direitos de aprendizagem e desenvolvimento. • Campos de experiências - CAMPOS SEPARADOS. • Objetivos de aprendizagem. • Intencionalidade pedagógica. • Transição para o Ensino Fundamental – Síntese das aprendizagens. • Foco nas Competências Gerais para a Educação Básica.  <p style="text-align: center;">Separação: Creche - Pré-escola - grupos – idades.</p>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Brasil (2014, 2015, 2016, 2017a, 2017b).

Como podemos verificar no Quadro 1, as capas das versões da base são enunciados da descontinuidade discursiva. As primeiras versões enaltecendo as diferenças regionais do país, e as últimas versões mostrando que só alguns chegarão no topo da pirâmide educacional. Soma-se a isso a mudança de governo que ocorre entre as versões.

Na versão preliminar, os fundamentos pedagógicos originaram-se das DCN, de modo a contemplar os princípios éticos, políticos e estéticos, referenciando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (BRASIL, 2009). Há nessa versão, uma discussão sobre a mudança de eixo de expectativas de aprendizagem para direitos de aprendizagem. Como referências organizadoras da ação educativa, destacam-se os saberes, os conhecimentos, as vivências e as experiências. Não há, especificação dos direitos nem objetivos para a EI, pois, as DCNEI já cumprem esse papel.

Na primeira versão, esses fundamentos da versão preliminar permanecem. Mesmo havendo o silenciamento da versão preliminar, há uma continuidade dos fundamentos e dos princípios oriundos da DCNEI. Os princípios éticos, estéticos e políticos dão origem aos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, conhecer-se, brincar, explorar, expressar e participar. A segunda versão da BNCC apresenta continuidade em relação às versões anteriores quanto aos princípios e aos fundamentos pedagógicos.

Na terceira versão e na versão final, já no governo de Michel Temer, nova equipe de elaboradores passa a ter voz na BNCC e o Movimento pela Base gerencia o documento. Esses atores políticos definem como fundamento pedagógico as Competências Gerais. Os conteúdos curriculares e os objetivos de aprendizagem voltam-se ao serviço das dez competências gerais. Os enunciados sobre princípios e fundamentos pedagógicos das últimas versões sobrepõem-se às versões anteriores.

Quanto à organização da EI, enuncia-se na versão preliminar que há a compreensão da EI como um todo, sem separar por idades ou grupos. Havendo possibilidades para a criação de proposta curricular por cada escola, das diferentes regiões do país, com base na DCNEI. Na

primeira versão há uma continuidade com relação à uniformidade da EI. Já a segunda versão separa em grupos a EI como mostra o Quadro 1 acima.

Na terceira versão, a Base apresenta a separação em Creche e Pré-escola, e idades, abandonando os grupos: bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas que a versão anterior trazia. Na versão final da base há a separação da EI em Creche e Pré-escola e as respectivas idades estabelecidas, porém inclui os grupos “bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas”, conforme reivindicação nas audiências públicas.

A discussão sobre idades das crianças e a separação por grupos de Creche e Pré-escola marca a trajetória da EI brasileira, que não conseguiu a unidade como tal na versão final da LDB, ficando separado por grupos, apesar do reconhecimento dessa modalidade como primeira etapa da Educação Básica. Há um campo de disputa em torno dessa questão, e os reformadores empresariais são os principais defensores da fragmentação e defesa da Creche fora da educação e escolarização da Pré-escola. O discurso final na BNCC visa criar duas etapas distintas: creche e pré-escola, uma assistencialista e a outra escolarizante, enunciados que vem sendo reforçados nas políticas para a EI.

Outro aspecto que gerou disputas durante a elaboração da base, foram os campos de experiências. Estes são uma proposta de organização curricular, são conjuntos formados considerando pontos de convergência entre os elementos que os orientam (BRASIL, 2015), incluem determinadas práticas sociais e culturais de uma comunidade e as múltiplas linguagens simbólicas que nelas estão presentes. Na primeira versão da BNCC são apresentados cinco campos de experiências, interligados como intercampos, articulando saberes, linguagens e conhecimento científico. Esses campos são permeáveis entre eles, como ilustra a Figura 1 a seguir.

Figura 1 - Campos de experiências na primeira versão da BNCC – INTERCAMPOS



Fonte: Elaborada pela autora com base na primeira versão da BNCC (BRASIL, 2015).

Na segunda versão da BNCC, os campos de experiências, ainda como intercampos, aparecem com uma alteração em relação à versão anterior. Abandona-se, nessa versão, a “imaginação” do campo “escuta, fala, pensamento e imaginação”, e o campo passa a denominar-se “escuta, fala, linguagem e pensamento”. A mudança no campo, transformando imaginação em linguagem chama atenção. Essa alteração demonstra um enunciado sobrepondo outro, que perdeu poder de verdade durante a disputa na política. Essa versão da BNCC apresenta mais detalhamento dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, somando-se agora 73 objetivos. Os objetivos aparecem separados por grupos de idades, o que não ocorria na versão anterior. O MEC acatou as demandas do Movimento pela Base, mas também acolheu as da sociedade civil, como, por exemplo, do Movimento Interfóruns de EI

do Brasil (MIEIB), que reforçou os direitos das crianças.

Na terceira versão aparecem os desejos explicitados em relatórios, textos divulgados na página do Movimento pela Base na internet e enunciados propagados nas mídias e nos eventos. A BNCC passa a ter 109 objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Além desse número elevado de objetivos, nessa versão, aparecem os objetivos da Síntese das aprendizagens para a transição para o Ensino Fundamental. Centralidade da oralidade e da escrita, em suma, enfoque nos objetivos que ligam as aprendizagens às áreas da língua portuguesa e matemática, que é o importante nas avaliações de larga escala no Ensino Fundamental.

Os campos de experiências sofrem mais uma descontinuidade nessa versão. Eles deixam de ser intercampos, ficam separados e não correspondem mais à ideia anterior de cada direito de aprendizagem em um campo gerar um objetivo de aprendizagem. Há um apagamento do conteúdo dos campos de experiências, e, em uma disputa semântica, mudam-se os sentidos e a interpretação das palavras. Há a alteração em dois campos de experiências: no campo “traços, sons, formas e imagens”, que é sobreposto por “traços, sons, cores e formas”, sai “imagens” e entra “cores”. Também há mudança no campo “escuta, fala, linguagem e pensamento” para “oralidade e escrita”, dando legitimidade e centralidade para o discurso de antecipação da alfabetização. Esse enfoque da BNCC na antecipação da alfabetização vem atrelada ao aprender na idade certa, e ao critério de êxito de aprendizados e desenvolvimento de criança universal.

Após o lançamento da terceira versão da BNCC, uma carta é enviada ao CNE: *Contribuições ao Conselho Nacional de Educação, das consultoras e especialistas que trabalharam nas versões iniciais da BNCC para a Educação Infantil* (BARBOSA *et al.*, 2017). O documento faz várias considerações sobre a terceira versão da base, e propõe: Manter os campos de experiência como alternativa de organização curricular; Assegurar a unidade da etapa EI dos zero a cinco anos e onze meses, mantendo os grupos de bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas; Retomar a organização presente nas versões anteriores da BNCC, preservando a sequência entre o texto de cada campo de experiência e seus respectivos objetivos; Manter o mesmo número dos objetivos em cada campo de experiência; Não aceitar a mudança da denominação do campo “Escuta, fala, linguagem e pensamento”, presente na versão 2, para “Oralidade e escrita”, que aparece na terceira versão.

Podemos verificar que muitas das reivindicações que constam na carta ao CNE foram atendidas na versão final. Houve, assim, recuos em relação ao que a terceira versão apresentava. Quanto aos campos de experiências, permanecem separados e não geram mais os objetivos de aprendizagem. No entanto, a solicitação pela mudança da nomenclatura do campo “Oralidade e escrita” acontece e volta a denominar-se “Escuta, fala, pensamento e imaginação”. Entretanto, os objetivos de aprendizagem não retornaram à concepção da segunda versão; pelo contrário, continuaram enfatizando a oralidade e a escrita. Além desses objetivos, a síntese de aprendizagem para a transição para o Ensino Fundamental reforça a antecipação da alfabetização.

Os conhecimentos considerados importantes para o currículo são originados da concepção de ser humano desejável para um determinado tipo de sociedade (SILVA, 2017). Esse currículo maior que estabelece um projeto de sociedade se materializou na BNCC. A Base homologada operou com o poder de um grupo em estabelecer discursos e selecionar conteúdos para a proposta curricular.

A conclusão é que não estamos diante de um documento curricular construído de forma contínua. As descontinuidades dos discursos aparecem com maior frequência, e cada versão teve o propósito de constituir uma determinada subjetividade para a EI. Nas três primeiras versões havia um discurso de EI como espaço que proporciona à criança centralidade nas práticas pedagógicas e, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento com base em princípios éticos, políticos e estéticos. Já nas duas últimas versões o discurso é de EI como lugar de desenvolvimento de competências, de aprendizagem na idade certa, de utilitarismo.

Dentre as continuidades nas versões da BNCC está a inclusão da EI na base curricular para

a Educação Básica; A ligação com as DCNEI; Inclusão dos temas contemporâneos; Permanência dos Campos de Experiências, apesar de sofrer alterações semânticas. Consideramos que a continuidade dos Direitos de aprendizagem e desenvolvimento e dos Campos de Experiências é uma ferramenta que permite, no momento da tradução da política (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016), a atuação pela disputa semântica.

Dentre as descontinuidades nas versões para a EI, evidencia-se a equipe de elaboração do documento; O papel do Movimento pela Base; Os princípios orientadores, que, nas primeiras versões, se relacionavam às DCNEI e, nas últimas versões, passaram a focar nas competências gerais; Organização curricular da EI, distribuindo as crianças que estavam preservadas em um bloco único nas primeiras versões, entre creche e pré-escola; A linguagem colonizada pelo empreendedorismo. Essas descontinuidades nos discursos da proposta curricular, evidenciam a formação de um sujeito empreendedor de si, da criança capital humano que precisa ser resiliente para chegar ao topo da pirâmide. Uma EI comprometida com a formação dessa subjetividade é o que desejam os reformadores empresariais da educação.

PALAVRAS-CHAVE: Base Nacional Comum Curricular. Currículo. Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas:** atuação em escolas secundárias. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2016.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira *et al.* Contribuições ao Conselho Nacional de Educação, das consultoras e especialistas que trabalharam nas versões iniciais da Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil. **Carta ao CNE sobre a BNCC e a EI**, 27 jun. 2017. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/einaroda/wp-content/uploads/2017/08/Carta-ao-CNE-sobre-a-BNCC-e-a-EI.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

BRASIL. Resolução Nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, n. 242, p. 18-19, 18 dez. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Por uma política curricular para a educação básica:** contribuição ao debate da base nacional comum a partir do direito à aprendizagem e ao desenvolvimento, Brasília: MEC/SEB/DCEI, jul. 2014. Disponível em: https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2015/07/direitos-a-aprendizagem--versaoseb_03julho.pdf. Acesso em: 12 jun. 2018.

BRASIL. Ministério de Estado da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular:** primeira versão. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2017/04/BNCC-APRESENTACAO_final_06-10.pdf. Acesso em: 12 mar. 2018.

BRASIL. Ministério de Estado da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular:** Proposta preliminar - segunda versão. Brasília, DF: MEC, 2016. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/referencias/segunda-versao-base-curricular/>. Acesso em: 12 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2017a. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 mar. 2018.

BRASIL. Ministério de Estado da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular:** Educação é a Base - Terceira Versão. Brasília, DF: MEC, 2017b. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/biblioteca/>. Acesso em: 12 mar. 2018.

BUJES, Maria Isabel E. **Educação de crianças, docência e processos de subjetivação**. 2009. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/gein/wp-content/uploads/2016/10/Educa%C3%A7%C3%A3o-de-crian%C3%A7as-doc%C3%Aancia-e-processos-de-subjetiva%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MAINARDES, Jefferson; FERREIRA, Márcia dos Santos; TELLO, César. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson. (org.). **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011. p. 143-172.

ROSE, Nikolas. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, Tomas Tadeu da. (org.). **Liberdades reguladas**: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 30-45.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.